

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.288 - DF (2019/0138763-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MARIA DARIA DE SOUSA ERICEIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**  
**AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**ADVOGADO : GRACIELA RENATA RIBEIRO E OUTRO(S) - DF025718**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MARIA DARIA DE SOUSA ERICEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. CAESB. ATOS ADMINISTRATIVOS. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. CONCESSÃO DE PRAZO. MANIFESTAÇÃO AUSENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INADMISSIBILIDADE. HIDRÔMETRO. REGULAR FUNCIONAMENTO. ABUSIVIDADE INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. 1. AS FATURAS EMITIDAS PELA CAESB, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, GOZAM DE FÉ PÚBLICA, PORTANTO PRESUMEM-SE LEGÍTIMAS E VERÍDICAS. 2. CONSTATADAS A CONCESSÃO DE PRAZO PARA QUE OS LITIGANTES ESPECIFICASSEM AS PROVAS QUE PRETENDIAM PRODUZIR, A OUTORGA DE OPORTUNIDADE AO REQUERENTE PARA MANIFESTAÇÃO ACERCA DOS DOCUMENTOS CONSIGNADOS PELA EMPRESA PÚBLICA DISTRITAL SOBRE AS CONDIÇÕES DO HIDRÔMETRO INCORPORADO À RESIDÊNCIA DO USUÁRIO, BEM COMO A INFORMAÇÃO PRESTADA PELO APELANTE DA INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS A PRODUZIR, INADMISSÍVEL SUA PRETENSÃO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. 3. INCUMBE AO CONSUMIDOR COMPROVAR O SEU DIREITO PARA INFIRMAR A CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA PELOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, SOBRETUDO, CASO NÃO SE PROCEDA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. 4. DEMONSTRADO O REGULAR FUNCIONAMENTO DO HIDRÔMETRO INSTALADO, A MERA DISPARIDADE ENTRE OS VALORES MENSIS DEVIDOS NÃO IMPLICA EM RECONHECIMENTO DE ABUSIVIDADE NA COBRANÇA PELOS PRÉSTIMOS DISPONIBILIZADOS PELA CAESB. 5. RECURSO DESPROVIDO (FL. 125).

Alega violação do art. 6º, VIII, do CDC, no que concerne à possibilidade de inversão do ônus da prova em favor da agravante, trazendo os seguintes argumentos:

No caso concreto, pretende-se tão somente que se determine a inversão do ônus da prova nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC, sendo certa a presença dos requisitos autorizadores. Isso porque, a hipossuficiência da Recorrente em face da Recorrida, sendo verossímil a sua alegação no sentido de incorreção na cobrança do consumo de água referente ao mês de outubro de 2016, em virtude de sua discrepância em relação ao histórico de consumo de água da residência. Frise-se que não é razoável que se impute à Recorrente qualquer ônus quanto à comprovação da irregularidade da cobrança levada a efeito pela Recorrida. Isso porque, trata-se de prova impossível a comprovação de que o consumo faturado não foi de fato consumido. Evidente, portanto, que o mérito do processo originário deve ser analisado à luz da inversão do ônus da prova, em favor do consumidor, para atribuir à Recorrida o ônus de provar o efetivo fornecimento de água, tendo em vista os fortes indícios de erro na aferição do consumo (fl. 137).

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, apesar de reconhecer expressamente a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor (art. 6º, VIII do CDC), entendeu que, no presente caso, tais requisitos restam configurados. Entendeu, outrossim, que o acervo probatório é suficiente para atestar a regularidade do valor cobrado. Confira-se:

Cumpra esclarecer que a existência de relação de consumo não implica, necessariamente, a determinação de inversão do ônus probatório em favor da parte hipossuficiente, ante a constatação de ausência dos requisitos consagrados no art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/1990. Acerca do tema, a insigne Sentenciante (id. 5976567) teceu observações relevantes. Reveja-se: A autora requereu a inversão do ônus da prova, mas destaca-se que as normas do Código de Defesa do Consumidor destinam-se a proteger o consumidor perante o fornecedor, em geral, parte mais forte da relação, porém não cria benefício, por isso, não basta a simples existência de relação de consumo para justificar a inversão do ônus da prova. O consumidor deve justificar e demonstrar fundamentadamente a sua impossibilidade ou dificuldade de produzir determinada prova (que deve ser indicada especificamente) para a defesa de direito subjetivo (que também deve ser especificado), mas a autora não observou esse procedimento, por isso, não faz jus à pretendida inversão, razão pela qual indefiro o pedido. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para as partes especificarem de forma justificada e fundamentada as provas que pretendem produzir, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra. Consta dos autos eletrônicos que aos litigantes foi concedido prazo de 10 (dez) dias para que especificassem as provas que pretendiam produzir (id. 5976565). Integra o caderno processual, ainda, oportunidade outorgada à

requerente para que se manifestasse acerca dos documentos consignados pela empresa pública distrital sobre as condições do hidrômetro incorporado à residência da ex adversa Instada a se manifestar, a apelante, contudo, preferiu omitir-se, informando a inexistência de outras provas a produzir (id. 5976568). Como se vê, os atos processuais praticados pela recorrente não se coadunam às pretensões recursais postas em exame, razão pela qual não merecem prosperar. Destaca-se que nos autos somente constam documentos tendentes a expressar o regular funcionamento do equipamento. Infere-se que, de fato, ocorreu o consumo medido pelo aparato, motivo pelo qual os valores cobrados mostram-se legítimos. Isso implica em dizer que a autora não foi apta a comprovar o fato constitutivo do seu direito, eis que não houve a efetiva demonstração de cobrança abusiva. O simples fato de existir disparidade de preços não resulta, por si só, no erro ou no equívoco do nível de consumo estimado (fl. 128).

[...] convém assinalar que, embora a tabela apresentada na inicial demonstre uma alternância de valores (id. 5976570), o conjunto fático-probatório existente nos autos evidencia que o consumo medido pelo hidrômetro nos referidos meses mostra-se correto (fl. 127).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

**arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

